

*Intervenção proferida pelo Deputado
Regional José Fernando Gomes na Sessão
Legislativa de Novembro de 2005.*

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

É com grande honra que passados 12 anos, regresso a esta “Casa”, símbolo máximo da nossa Autonomia e “palco” por excelência do debate político, com as consequências desejadas de aprofundamento da nossa Autonomia e respectivo desenvolvimento dos Açores.

Pela experiência adquirida e também pelos deveres e responsabilidades que me cabem, exercerei as minhas funções de Deputado Regional com coerência e objectividade por forma a contribuir, também, para a dignificação desta Assembleia e a credibilização da função nobre da política e dos políticos.

Esta proposta de Orçamento e Plano para 2006, não nos merece confiança, nem nos parece minimamente realista, pelas razões que vamos passar a expôr.

É dito que esta proposta assenta no equilíbrio das contas públicas, sem necessidade de recurso ao aumento do endividamento, aliás imposto

pela própria lei de Estabilidade Orçamental, em que o endividamento líquido não poderá aumentar em relação ao ano anterior.

Mas, o problema, é que esse suposto equilíbrio e estabilidade das finanças públicas é meramente ilusório. Pois, sempre que a Região tem necessidades de financiamento, cria uma Sociedade Anónima, sendo esta a assumir o endividamento e, assim, a Região foge às regras impostas pela República.

Aliás, esse endividamento está encapotado nos Avals que para 2006 são de 110 milhões de euros, que representam para todos os efeitos um endividamento indirecto da Região.

Nos moldes actuais, não há transparência das contas públicas!

Por isso, só não há aumento do endividamento porque ele está escondido nas Sociedades Anónimas e elas só funcionam como meras entidades de recurso a empréstimos (meras práticas administrativas) e não como verdadeiras entidades de gestão e desenvolvimento.

O equilíbrio anunciado é também enganador pelo facto de haver uma grande desorçamentação, por via das SA's, bem como os encargos da dívida passarem para as mesmas e, além disso, verifica-se neste Plano um conjunto enorme de despesas de funcionamento que estão contempladas, de forma errada, como investimento.

Por outro lado, não é compreensível o investimento do Plano proposto para 2006, quando se sabe que não há aumento das transferências do OE para a Região, havendo, pela primeira vez, um grave incumprimento da Lei das Finanças Regionais e há um decréscimo de 0.8% das Transferências da UE.

Acresce a tudo isto a diminuição dos valores do PIDDAC para a Região, diminuição, aliás, muito superior à registada no Continente e a não assumpção por parte do OE da alegada dívida à Região de 140 milhões de euros, assunto que ainda está por esclarecer quanto ao detentor da verdade.

Nesta conjuntura, verifica-se ainda a existência de factores que penalizam as empresas e a economia, como sejam, o acréscimo da Taxa do IVA e o acréscimo da Taxa para a Caixa Geral de Aposentações.

O aumento de impostos para 2006 é uma realidade que vai penalizar a economia regional.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Para um plano que apresenta 167.5 milhões de euros como investimentos não desagregados – quase 30% do total do investimento global da RAA, torna-se muito difícil fazer uma análise por ilha.

Contudo, e face aos poucos elementos que temos disponíveis, verifica-se em termos globais, que o investimento para a Terceira representa apenas 18% do total da Região.

Tudo aponta para uma política de continuidade e de repetição de valores ao longo dos anos, alguns desde 1996, sem que haja qualquer inovação, nem qualquer consequência prática. Para além disso, alguns projectos e acções apresentam verbas muito reduzidas, que não nos merece qualquer credibilidade.

Mas, analisemos mais em pormenor!

- Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, em 1997 previa-se o início da obra e agora para 2006, 10 anos depois, prevê-se apenas a elaboração do projecto;

- A construção da EB 2,3 Francisco Drumond, depois de já varias vezes prometida volta novamente a ser prometida com apenas 500.000 euros. Alguém pode acreditar que seja para fazer alguma coisa?

- A EB 2,3 do Ramo Grande prometida em 2000, surge agora, 7 anos depois com apenas 100.000 euros. Não é de certeza para levarmos a sério!

- A ampliação e reparação da escola Francisco Ornelas da Câmara, que deveria ter sido prevista desde o projecto inicial, surge agora de novo.

Esperemos que seja efectivamente para se concretizar, dado que se torna urgente, embora não tenhamos visto ainda qualquer concurso público sobre esta obra.

- A obra do novo hospital da ilha Terceira, já várias vezes prometido e sempre adiado, surge agora com um valor de 1.400.000 euros, por sinal é igual ao valor previsto para a remodelação e ampliação do actual hospital.

Será que vamos continuar a adiar a construção urgente do novo hospital e a investir fortemente na actual estrutura hospitalar? É um contrasenso! Quanto mais tempo o Governo levar a decidir, mais custos tem essa decisão.

- O Parque de Exposições da ilha Terceira em que o projecto foi apresentado em Maio de 2004, com cerca de 10 milhões de euros, aparece agora em 2006 com apenas 500.000 euros, o que nos leva a crer que a obra não passará do papel;

- A construção do novo Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo, surge com uma dotação insignificante de 250.000 euros que representa metade da verba de 500.000 euros para a construção de um armazém do SRPCBA. O que é mais importante? O quartel ou o armazém?

- Passados que estão tantos anos sobre a necessidade e urgência da construção do último troço da Via Vitorino Nemésio (ligação ao Porto da Praia), parece surgir agora uma luz ao fundo do túnel com uma

dotação para a expropriação de terrenos. Vamos continuar a aguardar para vermos se finalmente é desta;

- Vemos com muita insatisfação a redução significativa de verbas de 2005 para 2006, relativas à Construção e Ampliação de edifícios para creche e JI – Confederação Operária Terceirense, e Remodelação e Ampliação do edifício da Creche e Jardim da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento. Tudo isto são sinais claros e evidentes de que estas obras não são para se concretizarem, não obstante estarem prometidas desde 2001.

- Será este ano de 2006 que a ACM terá o seu Centro de Actividades Ocupacionais, depois de em 2004 estar previsto a conclusão do projecto, em 2005 passou a execução do projecto e agora novamente para a conclusão do projecto?

- A construção do Laboratório de Veterinária da ilha Terceira, surge novamente, com uma verba de 1 milhão de euros, quando em 2001 foi dito pelo responsável da pasta que a obra seria uma realidade até ao final da legislatura, ou seja, 2004. Passados 5 anos, continuamos na mesma!

Para além destas obras, em que muitas delas, não nos merecem confiança, conforme demonstrámos, ficam de fora algumas obras já prometidas e que não constam deste Plano, como sejam: a construção da EB/JI da Serra de São Tiago; a ampliação da EB Santa Rita; a construção da nova Escola da Fonte do Bastardo; a pavimentação da

estrada regional – troço da estrada 25 de Abril; a construção para realojamento do Bairro Joaquim Alves; o apoio de 50% à construção da Avenida Marginal da Praia da Vitória e a expansão do Parque Industrial da Ilha Terceira.

Por outro lado, e para finalizarmos, infelizmente verificamos que projectos estruturantes e fundamentais para a ilha Terceira são pura e simplesmente esquecidos neste Plano para 2006.

O Sector de Energia que é vital e fundamental para uma Região como a nossa, esquece o projecto geotérmico da ilha Terceira e uma aposta clara no projecto de hidrogénio, como energias alternativas e fundamentais para o crescimento económico da Região.

Disse.